

# Para Bacha, solução da crise interna passa pela renegociação externa

A renegociação da dívida externa como parte integral das reformas destinadas a superar a crise financeira do setor público é fundamental para a estabilização da economia e a retomada do crescimento. A tese foi defendida ontem pelo economista da PUC-RJ, Edmar Bacha, no "Fórum Nacional: Perspectivas do Brasil no Próximo Governo", realizado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo ele, a dívida deve deixar de ser tratada como problema de balanço de pagamentos e passar a ser visto como problema de financiamento do setor público.

Bacha acredita que há quatro reformas estruturais necessárias ao saneamento da crise financeira do setor público: da dívida externa, administrativa, patrimonial e fiscal. Ele enfocou a questão externa.

— Há um buraco de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas do Governo. Pelo menos o equivalente a

1,5% ou 2% do PIB necessários para cobri-lo podem sair do que seria destinado aos credores internacionais. Os 4% do PIB restantes poderiam ser obtidos internamente, principalmente através da eliminação de subsídios e incentivos fiscais — disse.

Ele sugeriu oito medidas que dão um enfoque fiscal às próximas rodadas de renegociação: a transferência da responsabilidade da renegociação do Banco Central para o Ministério da Fazenda, que deveria criar uma Secretaria da Dívida Pública para tratar a questão em duas diretorias, da Dívida Externa e da Interna. O preparo de um sistema de contas do setor público que mostre o impacto da dívida externa sobre as necessidades internas de financiamento. A suspensão integral dos pagamentos dos juros das dívidas de médio e longo prazos com os bancos comerciais (o que é feito informalmente) até que se regularize o fluxo de recursos dos organismos oficiais de crédito. Um acordo de redução da dívida nos

moldes do Plano Brady, que abranja toda a dívida acumulada.

A assinatura de um programa de estabilização com o Fundo Monetário Internacional e a ativação de empréstimos setoriais do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, tendo como contrapartida os programas de reforma administrativa patrimonial e fiscal, são outros pontos. Ainda, abandonar a política de geração de megasuperávits comerciais, que devem ser reduzidos de US\$ 16 bilhões para US\$ 9 bilhões por ano, nos dois primeiros anos. Seria possível se houvesse redução de US\$ 3 bilhões nos juros e ingresso de US\$ 4 bilhões em empréstimos oficiais.

Também, o repúdio ao câmbio livre e a defesa da manutenção da suspensão das operações de reemprestimos dos recursos depositados no BC e de conversão da dívida em investimentos no setor privado.